



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011865-61.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem**
Requerente: **Anna Constança Ferreira de Moraes**
Requerido: **Societe Air France**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado junto à ré a realização de viagem de São Paulo para Praga (República Checa), com escala em Paris (França), e que ao chegar a seu destino final constatou o extravio de sua única bagagem.

Alegou ainda que sem embargo da realização da correspondente reclamação a bagagem lhe foi devolvida em sua residência somente após retornar a São Carlos, de modo que não a teve consigo durante toda a sua viagem.

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

A preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* arguida pela ré em contestação não merece acolhimento.

Isso porque os documentos de fls. 13/16 evidenciam que a autora contratou a viagem perante a ré, o que leva à conclusão de que a relação jurídica em apreço foi estabelecida somente entre ambas.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Em consequência, descabe atribuir a outra empresa aérea a responsabilidade pelo extravio da bagagem da autora porque ela à evidência não se apresenta como terceiro em face dos fatos originários, cuja natureza subsiste entre os litigantes mesmo assim.

Assinalo, ademais, que a análise dos fatos postos a exame à luz da regra do parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor permitiria entrever a obrigação no mínimo solidária da ré.

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPTÃO NEVES**:

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso, portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).

Tais orientações aplicam-se com justeza à hipótese dos autos, razão pela qual rejeito a prejudicial.

No mérito, a dinâmica fática descrita pela autora está satisfatoriamente amparada na prova documental pela mesma amealhada, valendo registrar que a ré em momento algum a impugnou específica e concretamente, como seria de rigor.

Resta diante desse cenário definir se daí advieram danos morais passíveis de reparação à autora e tenho como positiva a resposta a tanto.

Isso porque o extravio de uma bagagem única por óbvio traz consigo a natural frustração de seu proprietário, que não cogita do fato quando leva a cabo uma viagem.

Como se não bastasse, patenteou-se que o extravio perdurou durante toda a viagem na medida em que a autora recebeu a mala de volta apenas quando já retornara à sua residência.

A autora naturalmente viu-se assim diante de situação bastante desconfortável como atestam as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95), até porque qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar experimentaria igual sensação, a qual superou em larga medida o mero dissabor da vida cotidiana e ultrapassou o simples descumprimento contratual.

A autora, em suma, não recebeu o tratamento que lhe seria exigível.

Estando configurados os danos morais, o valor da indenização não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 11 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**